

**Ata da 3ª (terceira) Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Garantia Safra, realizada no dia 11 de setembro de 2003.**

Aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2003 (dois mil e três) na sede do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sito no SBN Ed. Palácio do Desenvolvimento, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 3ª (terceira) reunião, sob a presidência de ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO - Presidente do Comitê Gestor do Fundo Garantia Safra, Secretaria de Agricultura Familiar. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: SILVIO CARLOS DO AMARAL E SILVA - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (titular); ANTÔNIO CARLOS P. ARGÔLO - Ministério da Fazenda (suplente); EDUARDO GASTALDO – Ministério da Agricultura (suplente); ÉRICO FELTRIN - Casa Civil (suplente); RAMON RODRIGUES - Ministério da Integração Nacional (titular); SÉRGIO TORRES - Ministério da Justiça (titular); TELÚRIO HOMEM DE SIQUEIRA – ADENE (titular); MARIA LUIZA FALCÃO SILVA – Embrapa (titular); CARLOS BORGES - Caixa Econômica Federal (titular) e MARIA P. L. RANGEL NEVES (suplente); JACKSONWILLIAM NAGORNNI – SAF (suplente); FÁBIO ALVES – SAF (suplente do Presidente do Comitê); ANTONIO CARLOS FERREIRA DE MELO - Estado da Paraíba (suplente); ITAMAR TEIXEIRA - Estado do Ceará (suplente), JOSÉ SILVA SOARES – Estado de Minas Gerais (titular); MATIAS RIBEIRO CABRAL – Estado do Piauí (titular); SÉRGIO SANTANA MENEZES - Estado de Sergipe (titular). Estiveram presentes ainda os seguintes convidados: ABDON JORDÃO FILHO – Secretaria da Agricultura da Bahia; JOSÉ ARIMATÉA - Secretaria de Agricultura do Ceará; VALTER DE CARVALHO - Estado do Rio Grande do Norte; JADER JOSÉ DE OLIVEIRA - Ministério da Segurança Alimentar; JOSÉ JANSEN – Assessor da FETAG-MG; SÉRGIO BEZERRA DE MENEZES – SAF; e LUCIANA D. RIBEIRO HELOU – SAF. Iniciada a reunião, usou da palavra o Presidente do Comitê Gestor do Fundo Garantia Safra, Aloisio Lopes Pereira de Melo, dando a palavra ao Secretário de Agricultura Familiar, Valter Bianchini, que manifestou a importância do Garantia-Safra, pois considera uma política importante para o agricultor familiar do semi-árido brasileiro, ponderando a necessidade de integração entre os vários órgãos e entidades envolvidos. Após, houve uma rodada de apresentação de todos os presentes. Aloisio Lopes Pereira de Melo propôs que os representantes fizessem uma leitura da ata da última reunião e posterior aprovação da mesma. Após, foi apresentada a pauta da reunião, sendo esta aprovada em seguida. Após, fez uma rápida explanação do histórico, iniciando pelas mudanças na legislação do Garantia-Safra; passando pela distribuição de cotas para estados e municípios no ano-safra 2002/2003; o atraso no início da implementação, devido à transição de governo federal e estadual entre outros fatores; a adesão de seis estados e, efetivamente, duzentos e noventa e um municípios. Faz um breve relato do fluxo do processo de inscrição, seleção e adesão dos agricultores, já que alguns representantes presentes ainda não estavam familiarizados com o processo. Conforme relatório que cada representante presente tinham em mãos, 278.328 agricultores efetivaram sua adesão. Após, Aloisio Lopes Pereira de Melo fala sobre previsão de pagamento de benefícios neste exercício, no que contam com informação do Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, sobre a pré-condição do município aderido estar com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal. Falou, também, sobre negociações com a Caixa Econômica Federal para pagamento das parcelas do benefício. Por fim, abriu espaço para esclarecimentos necessários. Manifestou-se Eduardo Gastaldo a respeito do processo de verificação de perdas nos

municípios com decretação de exceção. Manifestou-se Antônio Carlos Ferreira de Melo, falando de números relativos à Paraíba. Manifestou-se Matias Ribeiro, relatando a dificuldade quanto à operacionalização e fornecendo dados a respeito do processo no Piauí. Manifestou-se Sérgio Santana de Menezes, a respeito da liberação do NIS – Número de Inscrição Social e de algumas complicações em relação à cobrança dos aportes. Aloisio Lopes Pereira de Melo explica que o processo de obtenção de informação do NIS está lento e que há uma data limite para o aporte dos municípios e, também, dos estados. Manifestou-se Jader José de Oliveira sobre dúvidas a respeito da gestão do Fundo Garantia-Safra. Aloisio Lopes Pereira de Melo responde que foi aberto um processo licitatório, por orientação da consultoria jurídica do Ministério para contratar uma instituição que seria a gestora depositária do Fundo Garantia-Safra, sendo a Caixa Econômica Federal, efetivamente, a instituição contratada. Manifestou-se Abdon Jordão, com dúvida a respeito da diferença entre cotas pagas e aderidos, dúvida esta esclarecida por Aloisio Lopes Pereira de Melo, que explicou que parte dos agricultores que foram chamados a aderir ao fundo, encontram dificuldade em relação ao NIS, mas contribuíram com os seis reais necessários. Então há um valor de contribuição maior do que o número de agricultores aderidos, porém esses números vão mudando à medida que os agricultores vão adquirindo seus números do NIS. Em seguida, passa a palavra a Luciana Ribeiro Helou, que apresenta a proposta de resolução de fluxograma operacional do Garantia-Safra, explicando como se dá o processo de implementação do programa no âmbito estadual e municipal, e os respectivos prazos. Aloisio Lopes Pereira de Melo abre espaço para colocações, questões, esclarecimentos, propostas e alterações. Manifestou-se Sérgio Menezes expondo sua preocupação com o envolvimento da Caixa Econômica Federal nessa nova etapa do programa, porque, se permanecer o mesmo procedimento anterior, continuará o problema em relação ao NIS. Aloisio Lopes Pereira de Melo aceita ponderar sobre a questão colocada por Sérgio. Manifestou-se Silvio Carlos do Amaral e Silva a favor da colocação de Sérgio Menezes. Manifestou-se Maria Luiza Falcão Silva, preocupada com o processo do Cadastramento Único, sendo que os clientes, neste caso, agricultores, homens e mulheres da área rural, não estão preparados para os tipos de informações exigidos pelo Cadastro. Para tanto, sugere treinamento aos gerentes das agências da Caixa Econômica Federal envolvidas no processo. Manifestou-se Carlos Borges, justificando a posição da Caixa Econômica em relação às modificações necessárias no processo em contexto, explicando que estão fazendo uma reformulação, e que foi feito investimento na área tecnológica da Caixa. Após declarou que existe uma concepção dentro da Caixa de que não se trata apenas de um agente financeiro, mas uma instituição pública que o acionista majoritário é a União e como parte do governo está inserida no programa desse governo. Concordou que algumas alterações precisam existir e que fez questão, como vice-presidente da Caixa, de estar na reunião e que deve haver uma certa cumplicidade entre os atores envolvidos e a Caixa Econômica que está assumindo esse compromisso de modificações dentro dessa gestão. Aloisio Lopes Pereira de Melo levanta a possibilidade de, pelo menos para Minas Gerais e Piauí, que estavam com o tempo reduzido, se continuar permitindo as inscrições de agricultores sem o NIS, que deve ser apresentado até a adesão, como se procedeu na safra 2002/2003, mantendo-se a exigência de NIS no ato da inscrição para os demais estados. Contou com o apoio de Carlos Borges, no que fosse necessário, em relação a Caixa Econômica, nesse processo, e este levantou, porém, a necessidade de colaboração das prefeituras para agilização das informações. Então, Aloisio Lopes Pereira de Melo faz duas consultas aos representantes presentes. A primeira, quanto ao conjunto da resolução, exceto a questão do momento

da apresentação do NIS, no que houve consenso por parte dos presentes. A segunda, quanto à exigência e ao momento em que é exigido o NIS, sendo que a proposta original é de que seja exigido de todos, no momento em que o agricultor se inscreve, caso contrário, fica impossibilitado de se inscrever. Em casos excepcionais, como os casos de Minas Gerais e Piauí, vencido o período de inscrição, seria dado um prazo para que, até o momento da adesão, o agricultor possa apresentar o NIS, havendo consenso, também, nesse item. Aloisio Lopes Pereira de Melo retoma a programação, após um intervalo e propõe a pauta referente à definição do calendário agrícola e passa a palavra a Fábio Palorin, que apresenta a proposta de resolução, explanando sobre alguns pontos dos cronogramas e calendário. Após, fala da preocupação do Comitê em fixar algumas datas para controle e para que pudesse haver um acompanhamento de todo o processo para saber como o estado está fazendo a implantação, não caindo, assim, na necessidade de se criar excepcionalidades. Fala, também, de datas críticas que deverão ser definidas, pois alguns estados e municípios apresentam indisponibilidade de tempo, definindo-se, também, as cotas a serem distribuídas, o treinamento, a seleção e as inscrições. Seguindo, abre espaço para comentários, retificações, etc. Após alguns ajustes e esclarecimentos efetuados pelos membros do Comitê Gestor e alterações no calendário de plantio propostas pelos representantes estaduais, a resolução foi aprovada. Após, Aloisio Lopes Pereira de Melo revela que dois estados não manifestaram interesse em participar nesta safra, que foram Maranhão e Espírito Santo. Em seguida, ao iniciar a discussão sobre a proposta de resolução que trata da distribuição de cotas estaduais e determinação do valor do benefício Garantia-Safra, esclarece que tal distribuição é gerada conforme a dotação para o programa no projeto de lei orçamentária da União para o exercício de 2004, apresentando os valores constantes em relatório, ressaltando a redução do valor previsto originalmente, de R\$ 66 milhões (sessenta e seis milhões de reais) para R\$28,5 milhões (vinte e oito milhões e quinhentos mil reais). Aloisio Lopes Pereira de Melo informa ainda o compromisso do Ministério de recompor a dotação original e garantir a previsão original de atendimento a 550.000 famílias, quer sensibilizando os parlamentares quanto à necessidade dessa alteração na dotação orçamentária do Congresso, quer mediante ajustes no início do próximo exercício. Após, fornece uma visão geral da proposta e abre espaço para ponderações e considerações com valores de cotas, demanda e condições de cada estado. Manifesta-se Itamar Teixeira explanando sobre as condições do Ceará, número de adesões, inscrições, valor das cotas e deixa registrada sua preocupação com a redução drástica da cota do seu estado. Aloisio Lopes Pereira de Melo pondera que o ideal seria que fosse preservada a participação dos municípios que concluíram o processo esse ano, mas existe o problema da disponibilidade orçamentária. Manifesta-se Valter de Carvalho questionando sobre a possibilidade real dos recursos citados anteriormente e quando estarão disponibilizados, tendo como resposta de Aloisio Lopes Pereira de Melo que dependerá de tramitação no Congresso. Os representantes deliberam a respeito da redução e apresentam propostas de ajuste na distribuição das cotas estaduais, que Aloisio Lopes Pereira de Melo sintetiza em duas propostas e as submete à votação pelos conselheiros. A primeira proposta consistia em manter a cota de R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais), a contribuição de R\$5,50 (cinco reais e cinquenta centavos), com meta de atender a 259 mil famílias, distribuídas entre os estados que iniciam neste ano (MG, PI, CE, PE, PB e RN); a segunda proposta previa um benefício de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), dependendo de suplementação orçamentária para recompor o valor original de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), o que permitiria atender até 570 famílias em todos Estados

aderidos. Concluída a votação, registra-se 12 (doze) votos para a primeira proposta e 4 (quatro) para a segunda, sem abstenções. Depois, anuncia a distribuição das cotas entre os seis estados que iniciam o processo ainda em 2003, sendo convocada uma nova reunião do Comitê Gestor, no momento da confirmação da suplementação orçamentária, para aprovação da complementação das cotas estaduais. Passa, em seguida, a palavra a Fábio Alves, para que apresente a proposta de resolução de distribuição das cotas municipais e este faz a leitura da mesma e algumas contextualizações a respeito, abrindo espaço ao debate em torno do assunto. Foram levantadas questões pertinentes ao critério a ser usado na definição do público-alvo; ao percentual de atendimento a pelo menos 70% do público-alvo de cada estado; à possibilidade de haver datas diferentes para estados que apresentem épocas distintas de plantio, devido às características da região; à necessidade de que sejam estabelecidos critérios adicionais em relação a essa questão; ao histórico de cada estado no ano; à inadimplência; e à priorização de municípios. Feitas essas considerações, foi colocada em votação a resolução, sendo esta aprovada com os seguintes critérios de priorização de municípios e na respectiva ordem: municípios pertencentes ao semi-árido; municípios com histórico de três decretações de exceção em virtude de seca nos últimos dez anos; município que aderiu ao Garantia-Safra no ano-safra anterior; município inserido em território prioritário das ações do MDA; município prioritário do Fome-Zero; e, em último, município com menor IDH. Definida a votação, foi unânime a aprovação, sem nenhuma abstenção. Depois, Fábio Alves faz a leitura da resolução referente à inadimplência dos municípios, abrindo o debate em torno da resolução. Foram levantadas questões sobre o prazo final para o aporte do estado e sobre o texto de inadimplência. Feitas essas considerações e ajustes, a resolução foi aprovada por unanimidade. Após, propõe a leitura e aprovação da ata da última reunião e sugere que, realizada a leitura, seja feita uma apreciação geral, a aprovação e depois a assinatura pelos representantes atuais do Comitê que participaram da última reunião. Não havendo outras alterações, considera aprovada a ata da reunião do Comitê Gestor do dia 09/12/2002. Antônio Carlos P. Argolo sugere que a ata em questão seja assinada na próxima reunião, o que foi acatado. Feito isto, antes de encerrar a reunião, Aloisio Lopes propõe a realização de uma nova reunião, para a qual, firma o compromisso de fazer novas distribuições de cotas, em caráter complementar a esta que foi realizada. Passa a palavra para Sérgio Bezerra de Menezes que esclarece que a ação de emergência para os municípios com problemas de seca está sendo coordenada MESA em parceria com o Ministério da Integração e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e pondera a importância da atuação dos Secretários Executivos Estaduais do Pronaf para a implementação desta ação, e que estes receberão o detalhamento do plano da ação emergencial, que envolve também a participação das prefeituras, sindicatos, conselhos municipais e dos agricultores familiares que não aderiram ao Garantia-Safra deste ano. Finalmente, Aloisio Lopes Pereira de Melo agradece a participação e contribuição de todos e promete enviar, o mais breve possível, a convocação para a próxima reunião na qual pretende equacionar, definitivamente, as questões pendentes. Nada mais havendo a tratar, Aloisio Lopes Pereira de Melo encerra a reunião, determinando a lavratura desta Ata, que será lida, aprovada e assinada na próxima reunião extraordinária, com data a ser definida pelo comitê.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

---

Ministério Planejamento Orçamento e Gestão

---

Ministério da Fazenda

---

Ministério da Agricultura

---

Casa Civil da Presidência da República

---

Ministério da Integração Nacional

---

Ministério da Justiça

---

ADENE

---

EMBRAPA

---

Caixa Econômica Federal

---

Secretaria da Agricultura Familiar – MDA

---

Estado da Paraíba

---

Estado do Ceará

---

Estado de Minas Gerais

---

Estado do Piauí

---

Estado de Sergipe